

**O ACESSO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS NORDESTINAS:  
um diálogo interseccional à luz de contribuições feministas**

**ACCESS FOR WOMEN WITH DISABILITIES IN NORTHEASTERN  
FEDERAL UNIVERSITIES:  
an intersectional dialog in the light of feminist contributions**

**Adenize Queiroz de Farias<sup>i</sup>**

**Andreza Vidal Bezerra<sup>ii</sup>**

**Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita<sup>iii</sup>**

**RESUMO:** Para as mulheres com deficiência os desafios encontrados na educação superior se potencializam, posto que ao interseccionar sua condição às questões de gênero, se acentuam as desigualdades e a vulnerabilidade feminina. Diante do exposto, objetiva-se analisar o acesso de mulheres com deficiência em instituições federais nordestinas da educação superior. Para tanto, utilizou-se a pesquisa participante, a qual auxilia o pesquisador a colaborar na comunidade investigada, realizada com mulheres com deficiência matriculadas em universidades de diversos estados da região. Os resultados do estudo apontam, entre outras evidências, o despreparo das universidades em proporcionar o acesso de qualidade aos estudantes com deficiência, em particular as mulheres nesta condição. Conclui-se que ao pensar gênero e deficiência a partir de um olhar interseccional em articulação com outros marcadores identitários, a exemplo de raça, classe, geração, dentre outros, é possível construir uma vasta categoria analítica, o que viabiliza uma compreensão mais detalhada acerca da questão.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Mulher com deficiência. Pesquisa participante.

**ABSTRACT:** The challenges faced by women with disabilities in higher education are exacerbated by the fact that intersecting their condition with gender issues accentuates inequalities and female vulnerability. In view of the

above, the aim is to analyze the access of women with disabilities to federal higher education institutions in the Northeast of Brazil. To this end, we used participant research, which helps the researcher to collaborate in the community under investigation, carried out with women with disabilities enrolled in universities in various states in the region. The results of the study point, among other things, to the unpreparedness of universities to provide quality access to students with disabilities, particularly women with disabilities. The conclusion is that thinking about gender and disability from an intersectional perspective in conjunction with other identity markers, such as race, class, generation, among others, makes it possible to build a vast analytical category, which enables a more detailed understanding of the issue.

**Keywords:** Higher Education. Women with disabilities. Participatory research.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao considerar que o debate acerca das questões de gênero constitui matéria escassamente discutida pelo seguimento das pessoas com deficiência (OLIVEIRA; PAVÃO, 2023), e ainda, que questões em torno da deficiência estão igualmente ausentes das agendas feministas, neste estudo, discute-se como ambas as condições humanas - gênero e deficiência - são vulnerabilizantes na medida em que determinam experiências de subordinação, opressão, discriminação, desigualdade de oportunidades, somadas a diversas formas de violência, as quais, por sua vez, estabelecem sólidas barreiras ao desenvolvimento humano pleno de mulheres que nascem ou adquirem deficiência ao longo da vida (FARIAS, 2017).

Diante desta realidade, considera-se que a construção de uma articulação teórico conceitual entre gênero e deficiência implica adentrar uma temática pouco explorada no universo da pesquisa científica, como também dos movimentos sociais, os quais ainda se encontram visivelmente fragilizados quando se trata da articulação entre as temáticas citadas anteriormente.

Entende-se finalmente que, neste contexto de negação e violação de direitos, uma análise acerca da participação das mulheres com deficiência na comunidade acadêmica, baseada, principalmente em suas experiências pessoais, é de extrema relevância no sentido de empoderá-las, auxiliando-as na conscientização em relação aos seus direitos, assim como de seu compromisso ético com a construção de ambientes inclusivos e acessíveis (MASSUDA; ORLANDO, 2019; FARIAS, 2019; SILVA, 2020; PIECZKOWSKI; GAVENDA, 2021; VERONEZI; RIBEIRO; GOMES, 2022).

Particularmente no contexto da região nordeste, no qual, as vozes de grupos vulneráveis, como é o caso de mulheres e pessoas com deficiência, são continuamente silenciadas, pesquisas desta natureza se fazem ainda mais relevantes no sentido de possibilitar, não apenas uma maior visibilidade, mas sobretudo visando fortalecer ações conscientes e organizadas por parte deste segmento, cujas matrículas aumentam a cada ano em nossas universidades.

Diante do exposto, este artigo objetiva analisar o acesso de mulheres com deficiência em instituições federais nordestinas da educação superior. Para tanto, utilizou-se a pesquisa participante, metodologia que auxilia o pesquisador a colaborar com a comunidade investigada.

Para iniciar as discussões, apresentamos um breve recorte acerca de estudos já consolidados em relação à presença de estudantes com deficiência na educação superior. Em seguida, destacamos elementos relacionados ao caminho metodológico utilizado para a realização da pesquisa, culminando com discussões a respeito de seus achados e, por fim, trazemos as considerações das autoras.

## 2 MULHERES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A trajetória educacional das pessoas com deficiência no Brasil é permeada de exclusão, invisibilidade, preconceito e assistencialismo, sendo tais pessoas, público-alvo de ações focalistas e seletivas por parte das políticas de governos nas esferas municipais, estaduais e federal, muitas vezes sem o devido protagonismo e lugar de fala em relação aos assuntos que lhes referem.

Com a mobilização dos movimentos sociais em busca de direitos e oportunidades, o segmento conquistou inúmeros avanços na sociedade e na legislação, obtendo gradualmente espaço e voz ativa no atendimento de suas demandas e na melhoria da qualidade de vida. Nesta conjuntura merece destaque o “esforço do movimento nos últimos trinta anos [que] foi, principalmente, de refinar conceitos e mudar paradigmas, criando uma base sólida para a construção de uma nova perspectiva sobre a deficiência” (BRASIL, 2010, p. 16).

Ainda em relação ao contexto educacional, ao longo dos anos o segmento conquistou um arcabouço legal consistente, garantindo-lhe condições plenas de acesso em todos os níveis de ensino. Entre os documentos internacionais, estão: Convenção sobre os Direitos da Criança, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Revelando, assim, que todas as pessoas têm direito à educação, independente de suas especificidades, características e diversidade.

Mesmo estando no modo de produção capitalista, pautado na desigualdade, em que o processo de inclusão acontece de forma enviesada, reformista e contraditória, a educação deve proporcionar o acesso das pessoas com deficiência aos mais diversos espaços e serviços. Esta questão é reforçada também em documentos nacionais, com destaque para a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), possibilitando a garantia de uma educação pautada na inclusão, respeito e participação deste segmento.

Nesta perspectiva, “a educação deve ser oferecida a todas as pessoas, sendo possível contemplar as particularidades de cada estudante. Caracterizando uma mudança na educação, na cultura da sociedade voltada ao respeito à diversidade, sem discriminação” (PITA, 2020, p. 122).

Os dados relacionados aos estudantes com deficiência na Educação Superior ainda são escassos. Ainda assim, serão apresentadas algumas informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019),

0,56% dos ingressantes em cursos de graduação (50.683 estudantes) eram pessoas com deficiência, tendo o maior percentual de estudantes com deficiência física (32,3%), baixa visão (27,4%) e deficiência auditiva (13,0%). No ano de 2020 (BRASIL, 2022, p. 74) esse mesmo Censo apontou que 0,64% (55.829 estudantes) das matrículas foram de estudantes com deficiência em cursos de graduação presenciais e a distância. Com a predominância da deficiência física (34,37%), seguida da baixa visão (27,24%) e da deficiência auditiva (13,05%).

Diante dos dados apresentados, percebe-se um aumento de 0,08% no número de matrículas dos estudantes com deficiência na Educação Superior, indicando um gradativo aumento do segmento no acesso a este nível de ensino.

Quando trata-se de estudantes com deficiência, um elemento que preocupa diz respeito a inexistência de informações relacionadas ao gênero, o que inevitavelmente tem como resultado a ausência de políticas que estimulem uma maior participação de mulheres nesta condição, argumento evidenciado nesta pesquisa.

Silva (2020), evidencia esta informação ao tratar da experiência de uma estudante surda matriculada numa universidade brasileira, a pesquisadora aponta a necessidade de ressignificar a participação destas mulheres na educação superior, o que o faz a partir das seguintes hipóteses:

1. Mulheres com deficiência encontram mais dificuldades para ingressar na educação superior em virtude das barreiras na sua história de vida e no percurso escolar.
2. A barreira atitudinal dificulta a permanência das mulheres com deficiência na educação superior.
3. As atribuições convencionais femininas não são perceptíveis quando se trata de mulheres com deficiência.
4. Há um processo contínuo de desempoderamento das mulheres com deficiência e de restrição de sua liberdade de expressão, comunicação e acesso à informação.
5. O mérito individual, na educação superior, esconde a armadilha da ideia de superação (p.8).

Pelo exposto, explicita-se a urgência em dar voz a tais mulheres, ampliando a produção teórica, assim como a obtenção de dados que articule gênero e deficiência e outros marcadores sociais, a fim de conhecer a identidade destas discentes, e, conseqüentemente, contribuir para a implementação de políticas que lhes assegurem a vivência de um percurso acadêmico acessível, o qual tem início no processo seletivo e se encerra na conclusão do curso.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

‘Considerando a necessidade de fortalecer a participação das discentes com deficiência, cujo número de matrículas cresce a cada ano na universidade brasileira, idealizou-se uma pesquisa intitulada “MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: analisando a Política de Inclusão e Acessibilidade nas Universidades Federais Nordestinas” a qual foi fomentada por meio da chamada de produtividade edital 03/2020 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), estando em conformidade

com as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa, aprovada por meio de parecer número: 4.563.893.

Com o intuito de coletar os dados pretendidos com o referido estudo, utilizou-se a pesquisa participante, através da qual foi possível a intervenção das pesquisadoras, junto à comunidade investigada.

Defende-se a ideia de que a pesquisa participante comporta uma dimensão ontológica crítica no processo de produção de conhecimento, na medida em que busca denunciar e anunciar as contradições existentes na sociedade capitalista, as suas formas históricas de desigualdade social, tornando conhecida a versão dos sujeitos comuns e abrindo espaço para que estes participem dessa produção, valendo-se do direito que têm sobre ela para fortalecer as suas demandas, reivindicações e cultura (FAERMAN, 2014, p.45).

Entende-se, com isso, que a opção metodológica adotada está intimamente comprometida com o coletivo de mulheres com deficiência e a consequente transformação das estruturas desiguais que as oprimem.

O passo seguinte foi a identificação de mulheres com deficiência com matrícula nas universidades federais nordestinas, o que se fez através de formulário online encaminhado aos respectivos comitês/núcleos de inclusão e acessibilidade no intuito de coletar informações gerais acerca destas discentes, a exemplo da idade, curso, região geográfica em que residem, condições de acessibilidade, dentre outras.

A partir deste contato inicial foi possível obter 17 respostas, através das quais foram identificadas as necessidades específicas de cada uma das discentes para a participação nos encontros remotos (Intérprete e audiodescrição). Os estados onde se localizam as universidades cujas discentes com deficiência aderiram a pesquisa, foram: Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Registrou-se ainda a participação dessas discentes em uma diversidade de cursos, a exemplo de engenharia civil, pedagogia, biologia, tecnologia de gestão, havendo ainda a participação de uma mestranda.

De posse destas informações, a equipe envolvida elaborou um roteiro para os 5 encontros remotos realizados no primeiro semestre do ano de 2022, os quais, além de um primeiro contato para apresentação da pesquisa e das envolvidas, tiveram sequencialmente como eixos temáticos: o acesso, permanência, participação e aprendizagem de mulheres com deficiência na educação superior.

Através dessas vivências, além de propor um compartilhamento de seus anseios e inquietações, foram apresentadas pistas que poderiam auxiliá-las na eliminação de barreiras cotidianamente experienciadas em seu percurso acadêmico.

Tais encontros constituíram valiosas oportunidades para o processo de coleta dos dados, os quais foram transcritos e analisados com base nos marcadores gênero e deficiência, compreendidos atualmente como uma categoria analítica, o que se caracteriza como um elemento inovador e significativo para os estudos de gênero e os estudos da deficiência respectivamente.

Destaca-se ainda, que ao longo de toda a pesquisa, para fins de anonimato recorreu-se ao uso do nome de pássaros, a saber: Primavera, Beija-flor, Saíra, Jaçanã, Rouxinol, e Bem-te-vi, no propósito de identificar as participantes do estudo constituído por mulheres com deficiência física, visual e auditiva respectivamente. Além disso, para fins específicos deste estudo, utilizou-se os dados obtidos no segundo encontro, o qual abordou desafios e avanços no tocante ao acesso de mulheres com deficiência nas universidades da região nordeste.

Por fim, ressalta-se, nas palavras de Demo (2008, p.8), que a:

Pesquisa Participante produz conhecimento politicamente engajado. Não despreza a metodologia científica em nenhum momento no sentido dos rigores metódicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados.

Foi a partir deste compromisso com uma prática participativa, ativista e engajada que se conduziram as ações das pesquisadoras envolvidas em cada uma das etapas deste estudo, cujo resultado e discussões serão melhor explicitados na seção seguinte.

#### **4 O ACESSO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O QUE NOS REVELAM AS MULHERES SOBRE A QUESTÃO?**

Geralmente quem almeja ingressar na Educação Superior se depara com uma série de questionamentos e possibilidades: um leque de opções de cursos, escolha da unidade de ensino, realização de provas, entre outras inquietações, incertezas estas que se potencializam no caso de estudantes com deficiência.

Durante os encontros realizados com as estudantes com deficiência participantes deste projeto, identificou-se algumas narrativas que abordam essa questão, com foco nas condições de acesso à educação superior, a exemplo de:

**(01) PRIMAVERA:** As pessoas falam pra gente, que tem que escolher “tal ou tal curso”, que a mulher com deficiência, tem que escolher um que não seja tão movimentado, que tem que ser algo sentado, tem que ser controlado, tem que ser muitas coisas (PRIMAVERA, deficiência física, 2022).

**(02) BEIJA-FLOR:** Eu fui com a minha irmã no primeiro dia, parecia o primeiro dia de aula de uma criança na educação básica, a minha irmã levar na universidade. Não tinha realmente ninguém para receber uma pessoa com deficiência lá, era na verdade, era como se pelo fato de ser pessoa com deficiência, isso era problema meu (BEIJA-FLOR, deficiência visual, 2022).



De modo geral, o capacitismo pode atravessar de maneira sutil e determinante as vivências das estudantes com deficiência. Tendenciando a escolha do curso, anulando objetivos e escolhas pessoais da estudante a fim de encaixar o que a sociedade preconiza como possível fazer enquanto mulher com deficiência.

Nesse sentido, subestima-se estas discentes, julgadas-as como incapazes de exercer determinadas profissões, o que se torna perceptível através da falta de receptividade por parte das unidades de ensino, que, por sua vez, não concebem acessibilidade em suas diversas dimensões, resultando assim, em barreiras que comprometem o acesso dessas estudantes na educação superior.

Ao pensar um estudo numa perspectiva interseccional, faz-se necessário observar outros marcadores que nos ajudam a compreender os entraves tão recorrentes em seu percurso acadêmico. Nessa perspectiva, além de elementos relacionados ao gênero e à deficiência, é preciso considerar aspectos como: orientação sexual, condição financeira, região geográfica, idade, raça e religião, o que amplia as experiências de exclusão e invisibilidade desse grupo, tanto no nível social quanto acadêmico.

Outra questão abordada nos encontros diz respeito às barreiras enfrentadas no decorrer do processo seletivo, fato recorrente em diversos períodos históricos, se considerarmos que na experiência dessas discentes ocorreram no Peneirão, Processo Seletivo Seriado (PSS), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

**(03) BEIJA-FLOR:** Faz exatamente 26 anos que eu entrei no vestibular, que eu fui à faculdade. No meu tempo, existia uma história de “Peneirão” [...] A gente tinha lá provas em Braille, é... mas não tinha muita orientação para poder realizar essas provas (BEIJA-FLOR, deficiência visual, 2022).

**(04) PRIMAVERA:** Esse processo do PSS foi bem tranquilo, assim, porque a sala foi no térreo, não teve barreiras e foi tranquilo. Assim, na faculdade particular, não foi, eu fiz um vestibular para direito, que eu tive que subir 2 lances de escada, e eu botei na minha ficha que eu tinha deficiência física, mas foi o mesmo que nada. Mas na pública foi super tranquilo (PRIMAVERA, deficiência física, 2022).

**(05) JAÇANÃ:** O ENEM [...] Não foi nada fácil quando eu fiz a prova [...] esforcei bastante [...] eu pedia vídeo chamada, pois a língua que o pessoal usava, a variante era muito difícil, então é, eu acabei me apoiando mais um texto escrito por si. Tem a redação também, que é uma dificuldade contra mim. E a prova é corrigida em português somente (JAÇANÃ, deficiência auditiva, 2022).

A realização das provas para ingresso nas instituições de educação superior envolve uma série de fatores que geram nas candidatas com algum tipo de deficiência uma certa apreensão, o que se dá quando questões relacionadas à acessibilidade desconsideram necessidades específicas destas estudantes, revelando o despreparo por parte das instituições no tocante ao acolhimento desse público.

De acordo com as falas das participantes da pesquisa, percebe-se a desinformação por parte das comissões responsáveis pelos processos seletivos em oferecer ferramentas para que haja a adaptação das provas. Falta pessoas que deem o suporte para as candidatas com deficiência, atenção na escolha dos espaços físicos a serem utilizados para esse momento, ocorrendo ainda a negação do direito de uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua dos surdos/as, o que chama a atenção para a necessidade de que as comissões, núcleos e/ou comitês de acessibilidade nas instituições de ensino, possam atuar desde o início do processo seletivo visando oferecer o suporte necessário ao acesso dessas estudantes na universidade.

Quanto às questões relacionadas à acessibilidade as participantes da pesquisa apontaram:

**(06) SAÍRA:** Realmente, é essa questão do acesso, seja o acesso ao conhecimento, o acesso ao material, o acesso ao prédio, à universidade e os locais [...] Um conjunto de fatores distantes de nós, acumulam e não favorecem para a gente participar dos diferentes espaços acadêmicos (SAÍRA, deficiência visual, 2022).

**(07) ROUXINOL:** Uma coisa a Universidade Federal do Piauí tem tudo para ser acolhedora, no sentido assistência, mas a gente se sente assim num barco a ver navios. É isso mesmo, eles estão ali, mas aí a gente pede informação, e é demorado, demorado a receber resposta. É um engessamento. Se é engessamento para alguns que não tem deficiência nenhuma, imagina para quem tem deficiência (ROUXINOL, deficiência física, 2022).

**(08) BEM-TE-VI:** percebi que os professores não têm preparação pra receber esse aluno. Seria interessante a coordenação falar com eles antes, graças a Deus meus professores são bastante compreensivos e me perguntam qual é o método melhor pra mim. É isso é bom (BEM-TE-VI, deficiência física, 2022).

Esses relatos refletem o despreparo das universidades em proporcionar o acesso de qualidade aos estudantes com deficiência, em particular as mulheres nesta condição. Nesse sentido, elenca-se:

- A metodologia e acolhimento dos professores;
- Disponibilidade de material adaptado de acordo com as especificidades dos estudantes;
- Barreiras arquitetônicas;
- Falta de capacitação dos servidores das instituições;
- Presença do capacitismo em suas várias nuances;
- Falta de acessibilidade nos sites e sistemas informacionais;
- Barreiras comunicacionais no contato com os estudantes;
- Não atendimento do percentual de reserva de vagas nos processos seletivos para os alunos com deficiência;
- Falta de programas e ações que promovam um espaço mais acessível e inclusivo;



- Ausência de discussões que articulem a deficiência nas questões de gênero e outros marcadores identitários, a exemplo de raça, classe, geração, dentre outros.

Os elementos supracitados podem refletir diretamente no desempenho acadêmico dessas discentes. De acordo com o “Documento Orientador do Programa Incluir: acessibilidade na educação superior”:

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência [...] Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes (BRASIL, 2013, p.11).

Corroborando com essa perspectiva, Gesser e Nuernberg (2017) afirmam:

[...] é necessário disponibilizar ao estudante recursos didáticos e equipamentos especiais para garantir o acesso ao conhecimento e viabilizar a participação dele nas situações vivenciadas no cotidiano da universidade. Dessa forma, o estudante poderá, com autonomia, otimizar suas potencialidades e ter um papel ativo/transformador no ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida (p. 159).

A partir da adoção de serviços e condições inclusivas que assegurem o acesso dessas estudantes na Educação Superior, a promoção da acessibilidade, o incentivo da participação, do protagonismo e da autonomia, aliados à viabilização dos direitos e políticas públicas, será possível desfrutar dos diversos espaços acadêmicos em suas infinitas possibilidades, contribuindo dessa forma, para a construção de uma sociedade transformadora, respeitando acima de tudo o princípio da diversidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o acesso de estudantes com deficiência em todos os níveis de ensino já constitui uma conquista legal. Entretanto, ao analisar a temática na perspectiva da mulher com deficiência, o presente estudo denuncia a persistência de uma série de barreiras que dificultam e, por vezes, impedem o acesso deste coletivo na educação superior.

A eliminação de tais barreiras exige, em primeiro lugar, a superação de certos discursos e/ou concepções, de acordo com as quais pessoas com deficiência estariam inaptos para o exercício de

determinadas profissões, não havendo, portanto, razões que justifiquem seu ingresso em determinados cursos.

A esse respeito, considerando as fortes influências do capacitismo, que, em articulação com o modelo médico, ainda se revelam determinantes nos processos de escolhas acadêmicas e profissionais de mulheres com deficiência, cabe estimular nas escolas e associações onde as mesmas se fazem presentes, um amplo debate acerca de seus direitos, responsabilidades e possibilidades, na universidade e no mercado laboral.

Recomenda-se ainda que, nas diversas etapas que envolvem os processos seletivos, ou seja, na leitura do edital, na realização das inscrições e dos exames, na verificação dos resultados e na finalização da matrícula, sejam assegurados formatos e recursos de acessibilidade.

Além de combater a interferência de terceiros, tão recorrente quando envolve a tomada de decisões por parte de pessoas, e, ainda mais, de mulheres com deficiência, a adoção de tais medidas se faz necessária, não apenas no propósito de possibilitar sua auto realização, mas visando sobretudo garantir-lhes condições de autonomia na realização destas tarefas.

Recomenda-se, finalmente, que, não apenas os núcleos de inclusão e acessibilidade, mas a comunidade universitária em geral tenham ciência em relação ao ingresso de discentes com deficiência. Em outras palavras, advogamos que docentes, servidores e porque não os colegas da turma? Sejam informados acerca da chegada destes estudantes, o que, seguramente, implicará em ganhos significativos para sua permanência no curso.

Nesta perspectiva, acreditamos que, sem o envolvimento dos diversos segmentos que integram a comunidade acadêmica, a implementação da Lei 12.711/2012 a qual alargou as possibilidades de acesso de estudantes com deficiência à educação superior, não produzirá os efeitos almejados.

Ademais, reafirma-se que, ao construir a intersecção entre gênero e deficiência, em articulação com outros marcadores identitários, descobre-se uma vasta categoria analítica, que possibilita uma compreensão mais detalhada acerca da realidade estudada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

BRASIL. **Documento orientador do Programa Incluir: acessibilidade na educação superior**.

SECADI/SESU, 2013. 21p. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category\\_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em 04 abril. 2023.

BRASIL. **Resumo técnico do censo da educação superior**, 2019. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. 120 p. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf). Acesso em: 1 mai 2023.

- DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.
- FARIAS, A. Q. de. **Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência**. Orientadora: Maria Eulina Pessoa de Carvalho. 2017. 138 f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- FARIAS, A. Q. Para quem quer ver além: deficiência visual e empoderamento feminino. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 1, p. 1 - 25. 2019.
- FAERMANN, L. A. A pesquisa participante: suas contribuições no âmbito das ciências sociais. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: [encurtador.com.br/knqIM](http://encurtador.com.br/knqIM). Acesso em: 29 jan. 2023.
- GESSER, M; NUERNBERG, A. H. A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 3, p. 151-166, dez. 2017.
- MASSUDA, M. B.; ORLANDO, R. M. Temas em altas habilidades/superdotação na perspectiva de gênero: um estudo de revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1 – 21, 2019.
- PAVÃO, Michelle Roberta. Onde estão as mulheres dentro do público da educação especial?; Dónde están las mujeres del público de la educación especial?. **Revista Cocar**, v. 18, n. 36, 2023.
- PITA, F. H. F. R. **A realidade de estudantes com deficiência na escola pública: um olhar à luz do exercício profissional de assistentes sociais no município de João Pessoa-PB**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020, 235 p.
- PIECZKOWSKI, T. M. Z.; GAVENDA, M. L. Narrativas de Mulheres com Deficiência Visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021, p. p. 139 - 156.
- SILVA, Jackeline Susann Souza da. A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. In: **Revista Educação Especial**, v. 33, p. 1-24, 2020.
- VERONEZI, D. P. O.; RIBEIRO, G. M. C.; GOMES, S. H. A. Mulheres com deficiência na docência brasileira. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, 2022.

Recebido em: 24 de maio de 2023.

Aprovado em: 9 de novembro de 2023.

Link/DOI: <https://doi.org/10.30681/rep.v14i3.11178>

---

<sup>1</sup> Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente, é professora de Educação Especial no Departamento de Habilitações Pedagógicas (DHP/UFPB). Assessora de Educação e Cultura da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) e Presidente do Instituto dos Cegos de Campina Grande. Tem experiência na área de Inclusão Escolar e Social das Pessoas com Deficiência e discute temáticas como Capacitismo, Estudos da Deficiência e Feminismo, numa perspectiva interseccional, discutindo ainda as Barreiras Atitudinais experienciadas por estudantes com deficiência, particularmente no âmbito da Educação Superior.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5377-6529>

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6897633240609773>

E-mail: [adenize.queiroz@gmail.com](mailto:adenize.queiroz@gmail.com)

---

<sup>ii</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na linha Educação e Inclusão em Contextos Educacionais. Licenciada em Pedagogia com aprofundamento em Educação Especial pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seu interesse de pesquisa centra-se nas Políticas Educacionais de inclusão e acessibilidade para as estudantes com deficiência no ensino superior. Possui publicações em livros e eventos científicos relacionados aos temas: Capacitismo, Corponormatividade, Feminismo, Educação Emocional, Empoderamento e Barreiras Atitudinais.

*Curriculum Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/6185388564510411>

*ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-7210-2853>

*E-mail:* [andrezavidal@hotmail.com](mailto:andrezavidal@hotmail.com)

<sup>iii</sup> Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2020), Assistente Social da Rede Pública de Ensino do Município de João Pessoa/PB, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais da Universidade Federal da Paraíba (GEPED DSS/UFPB). João Pessoa, Paraíba, Brasil.

*ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-4776-6241>

*Curriculum Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/2195244474047999>

*E-mail:* [fabiahalana@hotmail.com](mailto:fabiahalana@hotmail.com)